NEWSLETTER DO CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT DE SANTARÉM

NÚMERO 62 - AGOSTO

Esta não é uma "silly season"!

Na altura da elaboração desta edição da Newsletter, a Europa não podia estar mais quente! Não necessariamente pelas temperaturas serem elevadas, mas sobretudo pela agitação social que se vive. Este Verão não tem correspondido às habituais "silly seasons"! Comecemos pela Noruega. A 22 de Julho, os ataques assassinos de Anders Behring Breivik, chocaram uma nação que se orgulhava do seu modelo colectivista, baseado na tolerância e na igualdade. Sabemos que os Noruegueses votam sistematicamente contra a adesão à UE, não só porque têm uma vantagem especial em matéria de recursos naturais, mas também porque têm uma cultura mais isolacionista. O massacre de Oslo, foi um sinal de alarme, não só para a Noruega, mas também para a UE. Para a primeira, é uma chamada de atenção para tentar inverter a via do isolamento; para a segunda é uma prova das graves consequências da má gestão da crise económica e financeira. Este sinal de alarme soou agora, ainda com mais intensidade, no Reino Unido. Curiosamente, Noruega e Reino Unidos são países que não podemos dissociar dos princípios do Welfare State. Desde o dia 8 de Agosto, vários bairros, em diferentes cidades são incendiados e assiste-se a um misto de revolta social, com vandalismo desenfreado, que teve início no Norte de Tottenham, após os protestos contra a morte de um homem a tiro pela polícia terem ficado fora de controlo. Enquanto Londres procura um bode expiatório, a crise da dívida soberana que se abate na zona euro mostra, no mínimo, alguns méritos: torna evidente que são os mercados que ditam a lei e (alguns) Estados limitam-se a tentar conter os excessos e traz a lume as fragilidades sociais e morais resultantes dessa conivência.

Ao mesmo tempo que se assinalam os 50 anos da construção do muro de Berlim e mais de 20 desde a sua queda, a Comissão Europeia Comissão autoriza Espanha a restringir temporariamente a entrada de romenos.

A Europa, estandarte do modelo social, da liberdade de circulação, da prosperidade, da liberdade e da paz, foi também o continente com a triste responsabilidade de ter desencadeado os conflitos mundiais mais devastadores do século passado. É urgente uma resposta estruturada ao turbilhão da globalização, à gestão da diversidade e a garantia de um modelo de desenvolvimento socialmente sustentável.

Esta não é definitivamente uma "silly season"!

PÁGINA A PÁGINA

IMIGRAÇÃO 2

PRESSEUROP 3

Livre circulação dos trabalhadores: Comissão autoriza Espanha a restringir temporariamente a entrada de

Na sequência de um pedido apresentado pelas autoridades espanholas a 28 de Julho de 2011, a Comissão Europeia autorizou a Espanha a restringir o acesso dos trabalhadores romenos ao seu mercado de trabalho até 31 de Dezembro de 2012, em razão das graves perturbações que está a sofrer neste plano. Espanha foi gravemente atingida pela crise. A quebra sem precedentes do PIB (-3,9% entre 2008 e 2010) traduziu-se numa taxa de desemprego recorde na UE, superior a 20%, que se mantém desde Maio de 2010. O constante aumento do número de residentes romenos em Espanha e o seu elevado nível de desemprego reflectiram-se na capacidade do país de absorver novos fluxos de trabalhadores.

Estas restrições são aplicáveis a todos os sectores e a todas as regiões. No entanto, não prejudicam os nacionais romenos que já trabalham em Espanha.

O país enfrenta graves perturbações do mercado de trabalho, caracterizadas pela taxa de desemprego mais elevada na UE (21% em Junho de 2011, contra 9,4%, em média, na UE e 9,9% na zona do euro) e por uma recuperação económica lenta (um crescimento do PIB de apenas 0,3% no primeiro trimestre de 2011, em comparação com o trimestre anterior, contra 0,8% na UE e na zona euro).

Além disso, a análise efectuada pela Comissão concluiu que os nacionais romenos que residem em Espanha são seriamente atingidos pelo desemprego, uma vez que 30% estão desempregados. Em Espanha, contavam-se 191 400 nacionais romenos desempregados no primeiro trimestre de 2011, ou seja, o nível mais elevado de desemprego a seguir ao dos cidadãos espanhóis. Há três anos este número era apenas 80 100. No mesmo período, o número de romenos empregados diminuiu quase 24%. Apesar da diminuição, provavelmente devida à recessão económica, do número de nacionais romenos que, nos últimos anos, rumaram a Espanha para aí trabalhar, o seu afluxo continua a ser significativo. O número de nacionais romenos normalmente residentes em Espanha aumentou, passando de 388 000 em 1 de Janeiro de 2006 para 823 000 em 1 de Janeiro de 2010.

Como a Espanha tinha já aberto o mercado de trabalho ao conjunto dos cidadãos da UE, toda e qualquer restrição à livre circulação de trabalhadores constitui uma derrogação e só pode ser temporária. A Comissão Europeia irá acompanhar de perto a evolução da situação em Espanha e poderá alterar ou revogar a decisão a qualquer momento, se assim o entender.

Em geral, a livre circulação de trabalhadores tem tido incidências económicas positivas à escala europeia e gerou crescimento económico nos países de acolhimento. Segundo estimativas recentes, a incidência a longo prazo dos fluxos populacionais registados entre 2004 e 2009 no PIB da UE-15 ascende a mais 0,9%.

Próximas etapas

A Comissão Europeia vai agora informar o Conselho da sua decisão e qualquer Estado-Membro pode, no prazo de duas semanas, solicitar ao Conselho que modifique ou anule a decisão da Comissão relativa à suspensão da aplicação da legislação da UE.

Contexto

O Acto de Adesão da Roménia à União Europeia de 2005 estabelece medidas transitórias relativas à livre circulação de pessoas. Quer isto dizer que a livre circulação dos trabalhadores pode ser diferida por um período máximo de sete anos (até 31 de Dezembro de 2013). Este período divide-se em três fases distintas («2-mais-3-mais-2» anos). A segunda fase, a decorrer actualmente, teve início a 1 de Janeiro de 2009 e termina a 31 de Dezembro de 2011.

A Espanha abriu o seu mercado de trabalho aos trabalhadores romenos e aos membros das suas famílias já no início da segunda fase, a 1 de Janeiro de 2009. Por conseguinte, a Espanha só pode restringir o acesso dos trabalhadores romenos se invocar a «cláusula de salvaguarda». A cláusula de salvaguarda confere a um Estado-Membro a possibilidade de reinstaurar restrições à liberdade de acesso ao mercado de trabalho, se esse Estado-Membro conhecer ou prever graves perturbações neste domínio. Espanha invocou a causa de salvaguarda, por carta enviada à Comissão a 28 de Julho de 2011. Trata-se da primeira vez que a cláusula de salvaguarda é invocada no domínio da livre circulação de trabalhadores.

Mais informações:
http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/11/554&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en

Um muro entre gerações

Foi precisamente há 50 anos que o Muro de Berlim foi construído. Há mais de 20 anos, foi derrubado. Porém, perdura ainda nas famílias, escreve um jovem berlinense, pois pais e filhos nem sempre falam abertamente da vida na época da RDA.

As memórias da construção e da queda do muro são muito rodadas. Preparámos um discurso que começa com uma descrição do Unrechtsstaat [expressão dada na RDA, literalmente: Estado de não -Direito] para alcançar a reunificação passando pela revolução pacífica. Mas esta versão colectiva cai num impasse em relação a um capítulo essencial: a terceira e última geração de alemães de Leste.

Nós, jovens alemães de Leste, tínhamos uns 8 ou 10 anos quando o muro caiu. Passámos a maior parte da nossa existência na Alemanha reunificada, com todas as liberdades que isso significava. E achávamos que seríamos nós a deixar para trás o velho fosso Leste-Oeste.

E, no entanto, o muro perdura dentro de nós. Desde logo, temos algumas lembranças vagas das primeiras tardes nos "Pioneiros" [movimento de enquadramento da juventude comunista]. Os cravos que, com uma confiança cega nos pais e nos professores, levávamos para o aniversário do partido. Da nossa tristeza quando os pais viam recusada a autorização de saída do território. Hoje como ontem, a vergonha e o orgulho andam de braço dado. Mas isto não é tudo. Também sentimos nas famílias, ainda hoje, a presença do muro, mesmo passados 20 anos sobre a sua demolição. Está erguido entre pais e filhos, impondo uma certa forma de memória e uma triagem das lembranças.

De um dia para o outro caiu um país

Com a RDA desapareceram todas as referências em vigor até aí. De um dia para o outro, não foi apenas uma fronteira que caiu, mas também uma protecção. E, com ela, um país de que pouca gente gostava, mas no qual todos, ou quase todos encontravam as suas marcas. De um dia para o outro, os nossos pais tiveram de resolver situações que lhes eram completamente desconhecidas. Tiveram de colmatar o seu atraso e encontrar as suas referências num sistema que em nada se parecia com aquele que tinham imaginado. Uma carta lapidar de um advogado, ou de uma seguradora podia provocar-lhes angústias existenciais, pois ninguém sabia o significado daquilo.

De repente, os projectos dos nossos pais não contavam para nada. De repente, era como se tudo o que tinham vivido fosse artificial. De repente, os nossos pais tornaram-se frágeis. Descobriram à sua custa que nem o Partido Cristão-Democrata, nem os militantes cumpriam as promessas feitas. Pouco interessava que fossem filhos de operários, de pastores, ou de militantes do partido. Ninguém tinha referências, andava toda a gente à deriva. Este sentimento de confusão que reinava nas famílias e na sociedade em geral unia-nos, a nós, a terceira geração de alemães de Leste. Os nossos avós tinham conhecido a guerra. Desempenharam um papel fundamental na construção da RDA e do novo modo de vida. Os nossos pais nasceram na década de 1950 e 1960 e não conheceram outro país para além deste.

Entre 1975 e 1985, a RDA viu nascer perto de 2 milhões e 400 mil crianças. São a terceira geração de um país que já não existe. Também não sabíamos nada sobre o novo regime, mas éramos novos e não tínhamos nada a perder. Percebemos melhor as possibilidades que os perigos. Explicámos um pouco o mundo aos nossos pais.

O profundo sentimento de perplexidade que reinava na época fez nascer uma memória selectiva sobre tudo o que dizia respeito à RDA. Os nossos pais refugiaram-se em lembranças estereotipadas. Falam pouco, limitando-se geralmente a contar o que já não os envergonha hoje. Não querem pôr em perigo a sua nova identidade. Quando recordam a vida que tiveram, dão uma versão cheia de lacunas e refinada. Falam das colectividades onde todos trabalharam. Ou das "manifestações das segundas" e das viagens organizadas. Mas nós, os mais novos, deixamos passar. Até hoje, não lhes fizemos perguntas. Ficamos calados.

Derrubar o muro de vez

Ficamos calados porque não queremos complicar ainda mais o mundo deles. Estávamos lá quando compraram o primeiro carro, quando fizeram as primeiras viagens ao ocidente, quando perderam o emprego, quando se refugiaram nas suas hortas.

Também não dissemos nada durante o debate público na RDA e no período pós-revolucionário. Éramos muito jovens na altura e não servíamos para participar num debate que apresentava interpretações unilaterais da História. E, para além disso, alguém tinha vontade de dizer publicamente que era do Leste? Estamos integrados, somos ambiciosos, cheios de projectos e, muitas vezes, mais capitalistas do que muitos alemães ocidentais. Preferimos esquecer as nossas origens do que torná-las objecto de debate.

Esta paz, este silêncio teve um preço. Não fazemos perguntas aos nossos pais. Como era viver num Estado totalitário? Como foi possível durar tanto tempo? Como reagiram quando vos disseram que tinham de ir para a tropa quando queriam estudar? Onde está o vosso processo da Stasi, para eu poder ler? Estas perguntas têm de ser feitas para se poder iniciar um novo debate, mais diversificado e mais contraditório do que o anterior.

Queremos outras alternativas, para além de um Unrechtsstaat ou de uma nostalgia insignificante do Leste. Ao acabarmos com o não dito, seremos capazes de derrubar, de uma vez por todas, o muro erguido no seio das famílias.

Fonte: Die Zeit Hamburgo, *in* PRESSEUROP
Artigo de Johannes Staemmler